

UNILEÃO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

KARINE SARAIVA SILVA

**MUITO ALÉM DA FALA: A prática da psicologia na atuação com a população surda**

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2025

KARINE SARAIVA SILVA

**MUITO ALÉM DA FALA: A prática da psicologia na atuação com a população surda**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

**Orientador:** Prof. Me. Tiago Deividu Bento Serafim

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2025

KARINE SARAIVA SILVA

**MUITO ALÉM DA FALA: A prática da psicologia na atuação com a população surda**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 26/06/2025

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador: PROF. ME. TIAGO DEIVIDY BENTO SERAFIM

Membro: PROFA. DRA. EMÍLIA SUITBERTA DE OLIVEIRA

Membro: ESP. ELIONAI MOURA

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2025

# MUITO ALÉM DA FALA: a prática da psicologia na atuação com a população surda

Karine Saraiva Silva<sup>1</sup>  
Tiago Deividy Bento Serafim<sup>2</sup>

## RESUMO

Nas últimas décadas, a psicologia tem ampliado as formas de atendimento, voltando sua atenção à população surda. Para tal população, o acesso a esse cuidado muitas vezes com dificuldades. Este estudo investiga a prática da psicologia no Brasil no contexto do atendimento à população surda, visando elucidar os desafios e as oportunidades para um cuidado equitativo e acessível. O objetivo geral foi compreender a atuação psicológica nesse cenário, abordando a surdez sob perspectivas linguísticas e culturais, identificando as dificuldades inerentes aos profissionais e propondo estratégias para otimizar a acessibilidade dos serviços. A metodologia empregada consistiu em uma pesquisa bibliográfica narrativa, de abordagem qualitativa. Os achados indicam uma notável carência de psicólogos fluentes em Libras e a insuficiência das políticas públicas vigentes para assegurar a efetividade do cuidado, sendo a mediação de intérpretes, embora necessária, um fator que pode impactar a profundidade da relação terapêutica. Percebe-se que a incorporação da Libras nos currículos de graduação em psicologia, a promoção da formação continuada dos profissionais e a implementação de políticas públicas robustas são imperativas para garantir a acessibilidade linguística e cultural e a qualidade do atendimento psicológico à população surda. Este estudo reitera a importância de se reconhecer a surdez como uma expressão de diversidade cultural, transcendendo a visão de déficit, e de se fomentar uma práxis psicológica inerentemente ética e inclusiva.

**Palavras-chave:** Psicologia; Libras; políticas públicas; surdez; acessibilidade.

## ABSTRACT

In recent decades, psychology has expanded its modes of care, turning its attention to the deaf population. For this group, access to psychological care often comes with challenges. This study investigates the practice of psychology in Brazil in the context of serving the deaf population, aiming to elucidate the challenges and opportunities for equitable and accessible care. The overall objective was to understand psychological practice in this scenario, addressing deafness from linguistic and cultural perspectives, identifying the difficulties faced by professionals, and proposing strategies to optimize service accessibility. The methodology employed consisted of a narrative literature review with a qualitative approach. The findings indicate a significant lack of psychologists fluent in Libras (Brazilian Sign Language) and the insufficiency of current public policies to ensure effective care. Although interpreter mediation is necessary, it can impact the depth of the therapeutic relationship. It becomes evident that the incorporation of Libras into undergraduate psychology curricula, the promotion of ongoing professional development, and the implementation of robust public policies are imperative to ensure linguistic and cultural accessibility, as well as the quality of psychological care for the deaf population. This study reiterates the importance of recognizing deafness as an expression of cultural diversity, transcending a deficit-based view and of fostering a psychological praxis that is inherently ethical and inclusive.

**Keywords:** Psychology; Libras; public policies; deafness; accessibility.

---

<sup>1</sup>Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: karinesaraiva1304@gmail.com

<sup>2</sup>Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: tiagodeividy@leaosampaio.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a atuação da psicologia junto à população surda tem ganhado destaque, sendo discutida cada vez mais. Essa atuação envolve não apenas o contexto psicoterapêutico, mas também outros espaços como o hospitalar, escolar e social. Diante disso, torna-se necessário investigar como ocorre o atendimento psicológico a essa população no Brasil, identificando os desafios e as oportunidades existentes para assegurar um cuidado acessível e adequado. Esse olhar ampliado permite refletir sobre a preparação dos profissionais, as barreiras comunicacionais e as políticas públicas voltadas ao acolhimento das pessoas surdas nos diferentes contextos de atuação psicológica. A presente pesquisa se baseia no arcabouço das legislações que tratam da acessibilidade linguística, especialmente a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005; Brasil, 2022), que regulamentam o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e promovem a inclusão social da comunidade surda no Brasil.

Contudo, a sua implementação no campo da saúde mental ainda enfrenta desafios, como a carência de psicólogos fluentes em Libras e a ausência de serviços especializados. Assim, a pergunta que orienta esta investigação é: como ocorre a prática da psicologia na atuação com a população surda e quais os desafios que a atravessam?

A motivação para a realização deste estudo surgiu a partir da vivência de estágio no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), onde foi possível observar a dificuldade de uma usuária surda em ser compreendida pelos profissionais durante o atendimento psicológico. Mesmo com a presença de intérpretes de Libras, a comunicação não se dava de forma direta entre psicólogo e paciente, sendo atravessada por outra pessoa no processo comunicacional, o que comprometeu a qualidade e a efetividade do atendimento. Tal experiência revelou a importância de refletir sobre os desafios impostos pela ausência de preparo técnico e comunicacional dos profissionais da psicologia ao lidar com pessoas surdas.

Do ponto de vista social, o atendimento psicológico acessível à população surda ainda é um desafio no Brasil, marcado pela escassez de profissionais capacitados em Libras e pela falta de políticas públicas eficazes de inclusão. Aguiar e Cordeiro (2021) destacam que o domínio da Língua Brasileira de Sinais por parte dos profissionais da saúde é indispensável para assegurar uma comunicação efetiva e respeitosa, contribuindo para a inclusão dessa população e promovendo o direito à saúde de forma equitativa. A ausência dessa competência compromete não apenas a qualidade do atendimento, mas perpetua desigualdades históricas no acesso à saúde mental.

Em termos acadêmicos, ainda há uma lacuna significativa na produção científica sobre a atuação da psicologia junto à comunidade surda. O conhecimento em Libras, aliado à compreensão das especificidades culturais da surdez, é fundamental para que psicólogos possam oferecer um atendimento ético, inclusivo e eficaz. Dessa forma, este estudo se propõe a contribuir com a literatura existente, fomentando o debate sobre práticas clínicas acessíveis e sobre a formação de profissionais mais preparados para lidar com a diversidade linguística presente na sociedade brasileira (Andrade; Ferreira, 2023).

O psicólogo utiliza diversas técnicas em sua prática, e deve estar atento ao que é comunicado não necessariamente por meio da fala. Todavia, como bem destacam Santos e Assis (2015), esse profissional não deve se restringir apenas à aplicação dessas técnicas. É fundamental que ele busque constantemente o aprimoramento de suas habilidades por meio de cursos e formações complementares. Nesse sentido, o aprendizado de Libras representa uma ferramenta essencial para sua atuação, pois permite que o psicólogo se adapte e se prepare para o atendimento de pessoas surdas, promovendo o acesso ao cuidado e à saúde, reduzindo barreiras comunicacionais e contribuindo efetivamente para a inclusão social desses indivíduos.

Apesar das legislações que regulamentam o uso da Libras no Brasil, o acesso de pessoas surdas aos serviços de saúde mental ainda enfrenta inúmeros obstáculos, como a escassez de profissionais qualificados em Libras e a falta de recursos adequados nas instituições de saúde, assim, Barroso, Freitas e Wetterich (2020) ressaltam a importância sobre a inserção da Língua Brasileira de Sinais nos cursos de graduação, como ponto primordial para a inclusão, principalmente em cursos da área da saúde.

Este estudo tem como objetivo geral compreender como se dá a prática da psicologia na atuação com a população surda. Para alcançar esse propósito, tem-se como objetivos específicos discutir o que é a surdez, considerando aspectos linguísticos e culturais; entender os principais desafios enfrentados pelos profissionais na atuação a pessoas surdas; identificar possíveis estratégias que potencializam a adequação e a acessibilidade do atendimento psicológico, considerando as necessidades específicas das pessoas surdas.

Com isso, pretende-se refletir sobre a formulação de estratégias e políticas que possibilitem a adequação e a acessibilidade dos serviços psicológicos, considerando as especificidades culturais e linguísticas das pessoas surdas. Isso é essencial não apenas para promover a inclusão social, mas também para garantir que as demandas de saúde mental

dessa população sejam reconhecidas e atendidas de forma justa e eficaz.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 METODOLOGIA**

Com base nos apontamentos realizados, este estudo fundamenta-se em uma pesquisa qualitativa para a análise de dados, realizada através da metodologia bibliográfica narrativa, que será realizada a partir de um levantamento da produção acadêmico- científica (Lakatos; Marconi, 1995; Gil, 2022).

A pesquisa bibliográfica se caracteriza pela identificação e análise de fontes teóricas previamente publicadas, como livros, revistas, artigos científicos, monografias, dissertações e teses, entre outros materiais (Fonseca, 2002; Silveira, 2009). Algumas investigações científicas utilizam exclusivamente a pesquisa bibliográfica com o objetivo de reunir referências teóricas para obter dados e informações antecedentes sobre a questão em análise. Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica narrativa, segundo Gil (2022) e Lakatos e Marconi (1995), consiste em um tipo de estudo que busca reunir, descrever e interpretar criticamente o conhecimento já produzido sobre determinado tema, sem a intenção de esgotar todas as fontes disponíveis ou analisar absolutamente tudo o que já foi publicado sobre o tema, mas sim de construir um panorama teórico que sustente a investigação, com base em uma seleção criteriosa da literatura.

As palavras-chave utilizadas nas ferramentas de pesquisa foram: “psicologia”, “políticas públicas”, “surdez” e “acessibilidade”. As plataformas utilizadas foram Google Acadêmico (Scholar Google), SCIELO (Scientific Electronic Library Online) e Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC).

### **2.2 REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **2.2.1 A surdez: aspectos conceituais e linguísticos**

A língua Brasileira de Sinais (Libras) tem um papel central na construção identitária e comunicacional da comunidade surda. Seu desenvolvimento remonta ao século XIX, com a chegada ao Brasil do educador francês Ernest Huet, que introduziu sinais da Língua de Sinais Francesa (LSF) e colaborou com a criação do Imperial Instituto de Surdos-Mudos, em 1857.

A Libras, no entanto, não é uma simples cópia da LSF: ao longo do tempo, ela foi sendo modificada e enriquecida por sinais criados localmente pelos próprios surdos brasileiros, o que a caracteriza como uma língua autônoma, viva e dinâmica (Santana, 2019; Bueno, 1998).

Reconhecida oficialmente por meio da Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, a Libras possui estrutura gramatical própria, abrangendo aspectos como morfologia, sintaxe e semântica, baseados em expressões corporais, configurações de mãos, movimento e espaço visual. Como toda língua, ela é produto de um processo histórico e social, e representa não apenas um meio de comunicação, mas também um instrumento de cultura, resistência e pertencimento coletivo. Ao ser legitimada legalmente, a Libras passou a ser considerada não mais como uma forma alternativa de comunicação, mas como a primeira língua dos surdos brasileiros (Brasil, 2002; Brasil, 2005; Andrade; Ferreira, 2023).

No Brasil, cerca de 10,7 milhões de pessoas apresentam algum grau de deficiência auditiva, conforme apontado por um estudo realizado pelo Instituto Locomotiva em parceria com a Semana da Acessibilidade Surda (Agência Brasil, 2019). A surdez é, de forma geral, definida como a ausência ou redução significativa da capacidade auditiva. Essa definição, comum no campo da medicina, abrange aspectos importantes da condição, como etiologia, o grau e o tipo de perda auditiva. No entanto, ela se mostra insuficiente para compreender a complexidade da experiência de ser surdo no mundo contemporâneo (Monteiro et al, 2016).

Do ponto de vista técnico, a surdez pode ser classificada em condutiva, neurosensorial ou mista, conforme a parte do sistema auditivo afetada. O grau da perda auditiva varia de leve a profunda, e sua origem pode estar presente desde o nascimento ou pós-lingual é fundamental para entender os impactos no desenvolvimento da linguagem, na alfabetização e na integração social. Além disso, a identificação precoce da surdez é essencial. A triagem auditiva neonatal, implementada em muitas maternidades, tem o objetivo de detectar alterações auditivas ainda nos primeiros dias de vida. Quando o diagnóstico é feito tardiamente, a criança pode ter prejuízos no desenvolvimento linguístico, cognitivo e social, o que acarreta dificuldades em diferentes áreas da vida escolar e relacional (Bisol; Simioni; Sperb, 2008).

A visão da surdez como deficiência predominou por muito tempo. Esse modelo foca no déficit auditivo e na tentativa de corrigir ou compensar essa limitação, por meio de aparelhos, implantes cocleares e treinamento da fala. A criança é, nesse contexto, vista como alguém que precisa ser adaptada ao padrão ouvinte. A intervenção terapêutica é orientada por uma lógica de normalização (Bueno, 1998).

O uso de termos como “deficiente auditivo” ou “portador de necessidades especiais”, ainda comum em documentos oficiais, muitas vezes desconsidera a identidade cultural da

comunidade surda. A preferência por ser chamado de “surdo” expressa um posicionamento político e linguístico que reflete a luta por reconhecimento, visibilidade e autonomia. A surdez, por tanto, não é apenas uma condição sensorial. Ela envolve questões de linguagem, de acesso à informação, de participação social e de construção de identidade (Bueno, 1998). Nas últimas décadas, consolidou-se uma abordagem mais ampla para compreender a surdez: o modelo socioantropológico (Santana, 2019). Essa perspectiva rompe com o olhar predominantemente clínico ou médico, que se concentra na ausência ou redução da audição, e propõe uma visão que valoriza as diferenças culturais e linguísticas da pessoa surda. Nesse modelo, ser surdo não é sinônimo de deficiência no sentido negativo, mas sim de uma forma distinta de estar no mundo, marcada por experiências específicas de comunicação, identidade e pertencimento.

Os fatores sociais desempenham um papel central nessa compreensão. A surdez, nesse contexto, é vista como uma condição que se constrói também a partir das interações sociais e das oportunidades (ou barreiras) impostas pelo ambiente. A exclusão que muitas pessoas surdas enfrentam não é determinada apenas por sua condição auditiva, mas sobretudo pela falta de acessibilidade comunicacional e pela invisibilização de sua cultura. A ausência de políticas públicas eficazes, o preconceito linguístico e a escassez de espaços que validem a Libras como meio legítimo de expressão e aprendizado contribuem para marginalizar essa população. Assim, o reconhecimento da surdez como uma diferença cultural exige mudanças estruturais nas formas como a sociedade enxerga e interage com os sujeitos surdos (Barriviera *et al.*, 2022).

A comunidade surda, nesse modelo, é entendida como um grupo social e cultural com características próprias. Seus membros compartilham não apenas a experiência da surdez, mas, sobretudo, o uso da Libras como principal meio de comunicação, além de valores, tradições e práticas sociais comuns (Gomides *et al.*, 2023). Trata-se de uma identidade construída coletivamente, que permite ao sujeito surdo afirmar sua diferença sem que isso implique em inferioridade. A surdez, portanto, deixa de ser vista como uma limitação pessoal para ser compreendida como uma expressão de diversidade humana. Essa compreensão fortalece a luta por direitos, autonomia e protagonismo da população surda nos mais diversos espaços sociais.

Esse olhar ampliado também impacta diretamente o campo da educação (Valsechi, 2020). A partir do modelo socioantropológico, surge a necessidade de repensar práticas pedagógicas e políticas educacionais voltadas à inclusão da pessoa surda. O reconhecimento da Libras como primeira língua e da língua portuguesa como segunda língua, por exemplo, implica em desenvolver metodologias específicas que respeitem o processo de aprendizagem

bilíngue. Mais do que adaptar conteúdos, é preciso criar ambientes de ensino que acolham a identidade surda em sua totalidade, considerando suas particularidades linguísticas, cognitivas e culturais (Valsechi, 2020).

A consolidação desse modelo teve repercussões importantes no campo educacional. A educação bilíngue para surdos passou a ser reconhecida como a abordagem mais adequada para garantir o pleno desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança surda. A Libras, Reconhecida oficialmente no Brasil em 2002, tornou-se a principal ferramenta de acesso ao conhecimento, permitindo a construção de uma base sólida de aprendizagem desde os primeiros anos escolares (Bisol, Simioni; Sperb, 2008).

Pessoas surdas que têm acesso ainda na infância à Libras apresentam desempenho escolar superior e desenvolvimento emocional mais estável, especialmente quando comparadas com aquelas que são privadas da língua de sinais (Bueno, 1998). Além disso, filhos de pais surdos, que crescem em lares sinalizantes, tendem a desenvolver habilidades linguísticas e cognitivas de forma mais equilibrada do que filhos de pais ouvintes que não dominam Libras.

Outro aspecto importante é a heterogeneidade dentro do grupo de pessoas surdas. Fatores como grau de perda auditiva, momento do diagnóstico, acesso à língua de sinais, presença de deficiências associadas, contexto familiar e nível de escolaridade contribuem para uma diversidade de trajetórias. Isso exige que políticas públicas e práticas educacionais considerem essa complexidade, evitando soluções generalizadas (Bisol; Simioni; Sperb, 2008).

Nesse contexto, é fundamental reconhecer o papel da formação de professores na consolidação de práticas pedagógicas inclusivas que dialoguem com a diversidade linguística e cultural dos alunos surdos. A compreensão da Libras como ferramenta central no processo educativo demanda não apenas capacitação técnica, mas também uma mudança de postura ética e política diante da diferença. Muitos professores ainda enfrentam dificuldades por não terem sido preparados para atuar em ambientes bilíngues, o que evidencia a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à formação continuada que contemplem as especificidades da educação de surdos (Valsechi, 2020).

Outro ponto que merece atenção é a mediação entre a comunidade surda e as instituições sociais em geral, como escolas, serviços de saúde, espaços culturais e órgãos públicos. O reconhecimento da surdez como expressão de uma minoria linguística implica a valorização de práticas interativas que rompam com a lógica da assistência e da adaptação individual. A presença de intérpretes, materiais acessíveis e profissionais fluentes em Libras deve ser vista como parte de um projeto mais amplo de inclusão estrutural, e não como

exceções pontuais. Essa abordagem também permite refletir sobre a centralidade da acessibilidade comunicacional como fator de equidade social (Barrivieira *et al.*, 2022).

É importante considerar como as transformações tecnológicas vêm impactando as experiências de pessoas surdas, especialmente no que diz respeito à comunicação e à participação em redes sociais e ambientes digitais. Aplicativos de videoconferência, redes de compartilhamento em Libras e conteúdos visuais acessíveis têm potencializado o protagonismo da comunidade surda, criando novas formas de articulação política, cultural e educativa. Esses espaços virtuais, quando pensados com acessibilidade desde sua concepção, tornam-se territórios de afirmação identitária e de resistência frente às limitações impostas pelo mundo ouvinte (Gomides *et al.*, 2023).

### **2.2.2 Políticas públicas e acesso para pessoas surdas**

Nos últimos anos, as políticas públicas voltadas à inclusão têm buscado promover o acesso equitativo de pessoas com deficiência aos serviços sociais, educacionais e de saúde. A promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) representou um avanço significativo ao reafirmar a obrigatoriedade da acessibilidade como princípio fundamental em todas as esferas da vida pública. No campo da educação, por exemplo, legislações como a Lei nº 14.191/2021, que trata da educação bilíngue para surdos, reforçam a importância de reconhecer a Libras como primeira língua da comunidade surda e garantem o direito à aprendizagem em contextos cultural e linguisticamente apropriados (Brasil, 2015; Brasil, 2021). No entanto, a efetividade dessas políticas ainda encontra obstáculos, especialmente quando se trata da formação e capacitação dos profissionais que atuam nos espaços educacionais e socioassistenciais.

Essa lacuna se amplia no sistema de saúde, onde muitos profissionais ainda não são preparados para lidar com a diversidade linguística e cultural da população surda. Embora a legislação vigente determine o direito à comunicação acessível, a prática revela uma realidade marcada por exclusões silenciosas. A ausência de formação em Libras, a escassez de materiais acessíveis e a centralidade da lógica medicalizante dificultam o acolhimento integral da pessoa surda em contextos clínicos e hospitalares (Aguiar; Cordeiro, 2021; Barroso; Freitas; Wetterich, 2020). A comunicação, nesse cenário, ultrapassa a dimensão técnica: ela se torna uma questão ética, pois compromete a escuta, a confiança e a segurança emocional do paciente quando negligenciada.

No caso da Psicologia, essas questões assumem uma dimensão ainda mais sensível.

O psicólogo, enquanto profissional responsável pela escuta, pelo acolhimento e pela mediação do sofrimento psíquico, deve estar comprometido com uma atuação ética que reconheça a linguagem como dimensão fundamental da subjetividade. Como defendem Andrade e Ferreira (2023), a inclusão da Libras na formação em Psicologia não deve ser vista como um diferencial, mas como uma exigência ética e política que assegure a legitimidade da escuta e da atuação clínica com pessoas surdas. É nesse contexto que se torna urgente refletir sobre a práxis da Psicologia na atuação com a população surda, reconhecendo não apenas os desafios técnicos, mas principalmente os atravessamentos históricos, culturais e subjetivos que moldam essa relação.

Garantir o acesso das pessoas surdas aos serviços de saúde mental vai muito além de simplesmente reconhecer a Libras como uma língua oficial. Trata-se de uma questão de justiça social e de cumprimento de direitos historicamente negligenciados. A aprovação da Lei nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, foi um marco nesse processo ao reconhecer a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão. No entanto, mesmo após mais de duas décadas de vigência, ainda há um abismo entre o que está escrito na legislação e o que se efetiva no cotidiano das instituições (Brasil, 2002; Brasil, 2005).

Apesar de avanços legais, o campo da saúde continua a reproduzir práticas excludentes. Muitas instituições não contam com profissionais capacitados em Libras, e o uso de intérpretes, quando existe, ainda representa uma barreira significativa na relação terapêutica, como observado nas experiências de estágio relatadas neste estudo. A mediação por terceiros quebra o vínculo direto entre psicólogo e paciente, prejudicando a escuta clínica e a construção da confiança (Aguiar; Cordeiro, 2021).

Barroso, Freitas e Wetterich (2020) chamam atenção para a lacuna existente entre surdos e profissionais da saúde no momento da comunicação. Segundo os autores, a ausência de preparo técnico e comunicacional dos profissionais compromete não só a qualidade do atendimento, mas também a segurança do sujeito surdo em contextos sensíveis como o da saúde mental. A comunicação efetiva, nesse cenário, é mais do que uma questão técnica: é um aspecto fundamental da ética profissional.

É perceptível que torna-se urgente pensar políticas públicas não apenas como leis isoladas, mas como ações integradas que incluam formação profissional, fiscalização e investimento em acessibilidade. A inserção da Libras nos currículos dos cursos da área da saúde é uma dessas ações estruturantes, defendida por autores como Barroso *et al.* (2020), que apontam essa iniciativa como essencial para a formação de profissionais mais preparados e sensíveis à diversidade linguística.

Essa proposta dialoga diretamente com os apontamentos de Andrade e Ferreira (2023), que reforçam a importância do conhecimento em Libras para a atuação dos psicólogos junto à população surda. A linguagem não é um mero recurso funcional, mas parte constitutiva da identidade e da subjetividade dos sujeitos. Um atendimento que desconsidera a especificidade linguística da pessoa surda compromete não só a comunicação, mas também o próprio reconhecimento do outro como sujeito.

A ausência de políticas públicas eficazes e articuladas também pode ser compreendida a partir da abordagem socioantropológica da surdez, que propõe uma leitura da surdez como diferença cultural, e não como deficiência a ser compensada (Santana 2019). Propõe-se um olhar voltado a valorização da cultura surda e ao fortalecimento de sua autonomia nos espaços públicos no campo da saúde. É nesse sentido que o trabalho de Gomides *et al.* (2023) ganha relevância, ao discutir os avanços e contradições na aplicação da Lei nº 14.191/2021, que trata da educação bilíngue para surdos. Embora voltada à educação, essa legislação também pode ser entendida como um indicativo de caminhos possíveis para outras áreas, como a saúde. A perspectiva bilíngue, ao reconhecer a Libras como língua primeira e a Língua Portuguesa como segunda, reafirma a necessidade de políticas intersetoriais que respeitem as especificidades linguísticas dos surdos em todos os campos de atendimento.

A marginalização linguística se articula com outras formas de exclusão. Barriviera *et al.* (2022), ao discutirem a experiência de indígenas surdos, destacam como a ausência de políticas públicas sensíveis à interculturalidade agrava ainda mais a exclusão dessas populações. Assim, pensar o acesso à saúde mental para surdos exige também reconhecer as múltiplas camadas de identidade e opressão que atravessam essa comunidade.

A ausência de profissionais surdos nas equipes de saúde mental também revela uma lacuna estrutural que impacta diretamente o acesso qualificado. A presença de psicólogos surdos, por exemplo, poderia representar não apenas um avanço na comunicação direta, mas também uma valorização simbólica da cultura surda nos espaços institucionais. Essa representatividade fortalece vínculos de pertencimento e possibilita práticas terapêuticas mais alinhadas com a realidade linguística e cultural do paciente (Santana, 2019).

É de suma importância problematizar a forma como a deficiência auditiva é ainda representada nos discursos institucionais. Muitos serviços de saúde seguem operando com uma lógica medicalizante, centrada na tentativa de “corrigir” a surdez por meio de recursos tecnológicos ou terapias orais, em vez de ampliar o olhar para a singularidade das subjetividades surdas. Esse modelo reitera a perspectiva de deficiência como falta, o que dificulta o reconhecimento da surdez como expressão legítima de diversidade humana

(Monteiro *et al.*, 2016).

A construção de espaços terapêuticos acessíveis passa, também, pela escuta ativa das demandas da própria comunidade surda. A formulação de políticas públicas deve incluir a participação de sujeitos surdos nos processos decisórios, reconhecendo seu conhecimento de mundo e suas experiências como centrais (Bueno, 1998). Apenas dessa forma será possível elaborar estratégias que atendam de maneira efetiva às necessidades reais dessa população respeitando suas especificidades e evitando soluções impostas verticalmente.

Outro ponto relevante diz respeito às tecnologias de informação e comunicação, que vêm se tornando instrumentos cada vez mais utilizados em atendimentos psicológicos. No entanto, essas ferramentas nem sempre são pensadas a partir da perspectiva da acessibilidade linguística. A ausência de plataformas compatíveis com Libras ou a escassez de conteúdos psicoeducativos sinalizados limita o alcance dessas tecnologias junto à população surda (Gomides *et al.*, 2023). Considerar a acessibilidade digital como política pública é, portanto, uma etapa indispensável na ampliação do cuidado em saúde mental.

Pensar o acesso à saúde mental de forma mais equitativa envolve o reconhecimento da interdependência entre linguagem, cultura e subjetividade. A compreensão da Libras como parte constitutiva da identidade surda não pode ser dissociada dos modos de sofrer, elaborar e expressar o sofrimento psíquico. É nesse ponto que se evidencia a urgência de uma atuação psicossocial que vá além da mera adaptação técnica, promovendo um encontro ético entre saberes, culturas e modos de existência (Barroso; Freitas; Wetterich, 2020).

### **2.2.3 A práxis da psicologia na atuação com a população surda**

A atuação da psicologia junto à população surda exige um repensar contínuo sobre o que significa comunicação e escuta efetiva. Não basta o psicólogo dominar técnicas tradicionais; é preciso que ele mergulhe na cultura e na língua da pessoa surda para criar um espaço terapêutico que realmente acolha e compreenda. Isso implica uma ruptura com práticas convencionais e a construção de novas formas de se relacionar, onde a Libras não é apenas um instrumento, mas um canal para acessar subjetividades e emoções (Aguar; Cordeiro, 2021).

Quando o psicólogo não domina a Libras, a presença de intérpretes pode funcionar como uma ponte, mas também como uma barreira invisível que afeta a profundidade do atendimento. A mediação pelo intérprete pode comprometer a espontaneidade e a autenticidade do diálogo, elementos essenciais para a relação terapêutica. Assim, a fluência do profissional em Libras transcende a técnica: é uma questão ética e política, que impacta

diretamente na qualidade do cuidado oferecido (Barroso; Freitas; Wetterich, 2020).

Esse posicionamento se alinha ao que orienta o Código de Ética Profissional do Psicólogo, que, em seu Princípio Fundamental I, estabelece que "o psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano" (CFP, 2022, p. 2). Além disso, o Art. 2º do mesmo documento determina que é dever do psicólogo prestar serviços psicológicos de qualidade e acessíveis a todos, sem qualquer forma de exclusão ou discriminação. Ignorar a comunicação plena com pessoas surdas, portanto, representa uma violação desses princípios fundamentais.

É fundamental que o profissional da psicologia compreenda a surdez não como um déficit a ser corrigido, mas como uma diferença que envolve uma cultura e uma identidade própria. Essa visão amplia o olhar do psicólogo para além do sintoma, considerando o contexto sociocultural e linguístico do sujeito. O reconhecimento da surdez como uma expressão legítima de diversidade humana possibilita intervenções mais respeitadas, eficazes e humanizadas (Bueno, 2008). A falta de acesso a serviços psicológicos adequados e acessíveis reforça desigualdades históricas no campo da saúde mental. A escassez de profissionais preparados e de políticas públicas que efetivamente garantam o direito à comunicação plena cria um ciclo de exclusão difícil de romper. A psicologia, enquanto campo comprometido com o cuidado e a inclusão, deve assumir um papel ativo na promoção de acessibilidade, investindo na formação contínua e em práticas que valorizem a diversidade linguística (Andrade; Ferreira, 2023).

A inclusão da Libras nos currículos dos cursos de psicologia não é apenas uma estratégia pedagógica, mas um passo decisivo para transformar a prática clínica. Psicólogos bilíngues ampliam suas possibilidades de intervenção, criando espaços onde a comunicação é direta, o vínculo é fortalecido e o sujeito surdo se sente verdadeiramente escutado e compreendido. Essa transformação requer compromisso institucional e a valorização da diversidade como princípio fundamental (Santos; Assis, 2015).

O desafio da acessibilidade vai além da língua; passa também pela adaptação das metodologias e das ferramentas psicológicas para que sejam sensíveis às especificidades da população surda. O psicólogo deve estar atento às particularidades cognitivas e culturais que atravessam a experiência surda, desenvolvendo abordagens que respeitem esses aspectos sem tentar encaixá-los em modelos pré-estabelecidos. Essa flexibilidade é um requisito para a ética e a eficácia do atendimento (Santana, 2019).

A integração entre psicologia e a comunidade surda também pode ser ampliada por meio do reconhecimento das narrativas pessoais como ferramentas terapêuticas. O acesso à linguagem de sinais possibilita que os surdos expressem suas histórias de vida, medos, desejos

e angústias de forma mais genuína, fortalecendo sua identidade e autoestima. A valorização dessas narrativas não só promove o protagonismo do indivíduo no processo terapêutico, mas também desafia o psicólogo a repensar seus modelos clínicos tradicionais, adotando uma postura mais aberta e dialógica (Andrade; Ferreira, 2023).

Outro aspecto relevante que merece atenção é a importância da construção de redes intersetoriais para o atendimento à população surda. A integração entre saúde, educação e assistência social pode ampliar a eficácia das intervenções, proporcionando um suporte mais abrangente e contínuo. A fragmentação dos serviços muitas vezes dificulta o acompanhamento integral do sujeito surdo, limitando a compreensão de suas necessidades e fragilizando o processo terapêutico. Percebe-se que a articulação entre diferentes setores deve ser fortalecida, garantindo que as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda sejam respeitadas em todas as instâncias de atendimento (Aguar; Cordeiro, 2021).

A influência das políticas públicas na efetividades do atendimento psicológico à população surda não deve ser ignorada. Essa realidade evidencia a importância de uma articulação entre os níveis federal, estadual e municipal para que as ações de inclusão e acessibilidades não fiquem restritas ao papel, mas se contretizem as práticas efetivas no cotidianos das instituições (Barroso; Freitas; Wetterich, 2020).

A prática psicológica voltada à população surda também demanda uma revisão crítica das ferramentas diagnósticas e de avaliação utilizadas. Muitas dessas ferramentas foram construídas com base em parâmetros linguísticos e culturais majoritários, o que pode gerar interpretações distorcidas ou insuficientes sobre as experiências subjetivas dos surdos. Adaptar essas ferramentas ou desenvolver instrumentos específicos a partir da realidade da comunidade surda é um desafio ético que exige sensibilidade e rigor técnico por parte dos profissionais (Bueno, 1998).

Além do domínio da Libras, é necessário considerar a formação do psicólogo em relação às diferentes vivências que atravessam a experiência surda, como questões de identidade, pertencimento e estigmas sociais. Essa formação não se limita a conteúdos técnicos, mas abrange também uma dimensão política e decolonial, na medida em que desafia os modelos universalizantes de subjetividade que ainda predominam na psicologia tradicional (Santana, 2019).

É nesse contexto que a escuta do psicólogo precisa ser ressignificada: escutar não se refere apenas à audição, mas à capacidade de acolher e compreender formas diversas de expressão e de construção de sentido. A escuta clínica, quando permeada por uma ética da diferença, transforma-se em uma prática de reconhecimento e afirmação da alteridade. Esse

movimento exige do psicólogo não apenas habilidades linguísticas, mas também um compromisso profundo com a construção de relações simétricas e respeitadas (Aguiar; Cordeiro, 2021).

Cabe também destacar o papel das instituições de ensino superior na transformação dessa realidade. A universidade, enquanto espaço de formação e produção de conhecimento, pode e deve assumir a responsabilidade de incorporar em seus currículos discussões sobre acessibilidade, cultura surda e práticas inclusivas. Mais do que ofertar disciplinas pontuais, trata-se de reconfigurar a lógica da formação em psicologia para que ela seja, de fato, comprometida com a pluralidade de sujeitos e com os princípios de justiça social (Andrade; Ferreira, 2023).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atuação da psicologia e sua interface com a população surda revela um panorama multifacetado. É fundamental compreender que a oferta de cuidado psicológico à pessoa surda transcende a mera adaptação de técnicas; ela se configura como um imperativo ético e um reflexo da maturidade de uma sociedade em reconhecer, valorizar e, acima de tudo, acolher a diversidade humana em todas as suas manifestações.

Ao longo desta investigação, tornou-se inegável que Libras não é apenas um código linguístico ou uma ferramenta pragmática de comunicação. Ela se ergue como um elemento central, uma espinha dorsal da identidade cultural surda, tecendo as complexas tramas da subjetividade e da forma como o indivíduo surdo se relaciona com o mundo e expressa suas mais íntimas emoções. A constatação da frequente carência de fluência em Libras por parte dos profissionais da psicologia, conforme apontado pelos autores revisados, figura como uma das mais impactantes barreiras.

Essa lacuna transforma o que deveria ser um espaço de acolhimento empático e compreensão profunda em um ambiente permeado por ruídos comunicacionais, onde a essência da relação terapêutica, a confiança, a espontaneidade e a autenticidade do vínculo é inevitavelmente comprometida, mesmo com a mediação de intérpretes.

No que tange às políticas públicas, a literatura revisada evidencia que, apesar dos louváveis marcos legislativos, como a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005, que oficialmente reconhecem e regulamentam a Libras, a efetividade de sua implementação no cotidiano dos serviços de saúde mental ainda está aquém do ideal. A gritante disparidade entre o que está formalmente legislado e a realidade vivenciada pela população surda nas

instituições de saúde, conforme descrito nos artigos analisados, é um sintoma de uma lacuna estrutural profunda, que clama por superação urgente. Nesse sentido, a incorporação compulsória da Libras nos currículos de graduação em psicologia surge como uma medida de caráter estratégico e transformador. Adicionalmente, a promoção e o investimento em formação continuada para os profissionais já atuantes são passos indispensáveis para desconstruir essa barreira comunicacional e cultural, capacitando-os a oferecer um atendimento verdadeiramente responsivo.

A adoção de uma perspectiva socioantropológica da surdez, conforme amplamente defendida na bibliografia, é, portanto, não apenas uma recomendação metodológica, mas uma premissa ética e epistemológica inegociável para a psicologia. Isso significa ir além de uma visão puramente medicalizante que restringe a surdez a um "déficit" a ser compensado ou "corrigido". É imperativo abraçá-la como uma legítima expressão de diversidade cultural, reconhecendo a riqueza inerente à comunidade surda.

Essa mudança de paradigma implica em uma ressignificação profunda da própria escuta clínica, que deve transcender o mero processamento auditivo para se tornar capaz de acolher e compreender narrativas, subjetividades e formas de expressão que não se encaixam nos padrões ouvintes. A valorização das experiências da comunidade surda, a escuta ativa de suas demandas e a garantia de seu protagonismo nos processos decisórios das políticas públicas são, portanto, elementos intrínsecos e indispensáveis para a construção de um sistema de saúde mental verdadeiramente democrático e representativo.

As tecnologias da informação e comunicação (TICs), conforme a literatura aponta, despontam como aliadas promissoras na ampliação do acesso, porém, sua plena potencialização depende de um design intrinsecamente comprometido com a acessibilidade digital desde a sua concepção. A criação de plataformas de atendimento e o desenvolvimento de conteúdos psicoeducativos que integrem a Libras de forma nativa têm o potencial de democratizar significativamente o acesso aos serviços de saúde mental, fortalecendo a autonomia e a participação da população surda na gestão de seu próprio bem-estar.

A práxis da psicologia com a população surda, conforme inferido desta revisão bibliográfica, exige um compromisso multifacetado e contínuo. Ela demanda não apenas a aquisição de habilidades linguísticas, mas também uma profunda imersão na cultura surda, a construção de redes intersetoriais robustas e uma revisão crítica e constante das ferramentas diagnósticas e dos modelos terapêuticos tradicionais.

Este estudo, portanto, representa um convite vigoroso à reflexão e à ação transformadora, um apelo para que a psicologia brasileira se reconfigure, tornando-se um

campo onde a diversidade linguística e cultural não seja um entrave, mas um motor potente de inovação, de produção de conhecimento e, sobretudo, um pilar inabalável de justiça social. Somente assim poderemos assegurar que o poder intrínseco e transformador do cuidado psicológico se estenda, de fato, a todos os indivíduos, sem exceção, construindo uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **País tem 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, diz estudo**. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/brasil-tem-107-milhoes-de-deficientes-auditivos-diz-estudo>

AGUIAR, A. P. R.; CORDEIRO, F. R. P. **O psicólogo e a pessoa surda: reflexões sobre o uso da Libras e a comunicação no setting terapêutico**. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 13, n. 2, p. 57-68, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/psicologiaesaude/article/view/34578>

AGUIAR, R. S.; CORDEIRO, A. P. **A atuação do psicólogo frente à acessibilidade comunicacional de surdos: limites e possibilidades**. *Psicologia em Revista*, v. 27, n. 2, p. 403-420, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/26586>

ANDRADE, L. A.; FERREIRA, V. R. **Psicologia e população surda: desafios éticos na formação e na prática profissional**. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 26, p. 45-56, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/211768>

ANDRADE, M. B. R.; FERREIRA, L. A. **Psicologia e surdez: a importância do conhecimento em Libras para a atuação profissional**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 29, p. 115-132, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/9qjX5xG3>.

BARROSO, H. C. S. M.; FREITAS, D. A.; WETTERICH, C. B. **A comunicação entre surdos e profissionais da saúde: uma revisão bibliográfica**. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, v. 4, n. 1, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/520>

BARROSO, S. M. M.; FREITAS, M. F.; WETTERICH, J. **A psicologia e a saúde mental da população surda: interfaces com a acessibilidade comunicacional**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 40, p. e20204011, 2020.

BARRIVIEIRA LAURETH, C. et al. **Indígenas surdos, identidade cultural e a interculturalidade em outra perspectiva**. *Revista SCIAS Língua de Sinais*, v. 1, n. 1, p. 147-162, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/scs/article/view/82494>

BISOL, C. A.; SIMIONI, J.; SPERB, T. **Contribuições da psicologia brasileira para o estudo da surdez**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 21, p. 392-400, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000300007>

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436.** *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras.** *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015)

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. **Dispõe sobre a educação bilíngue de surdos.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2021/lei/114191.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/114191.htm)

BUENO, J. G. S. **Surdez, linguagem e cultura.** *Cadernos Cedes*, v. 19, p. 41-56, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000100002>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** Brasília: CFP, 2005.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GOMIDES, P. A. D. et al. **Surdez, educação de surdos e bilinguismo: avanços e contradições na implantação da Lei nº 14.191/2021.** *Revista Sinalizar*, v. 7, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/sinalizar/article/view/2332>

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. M. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1991.

LUZ, R. D. C. **Cenas surdas parentais: em busca da aparição de surdos na contemporaneidade.** 2011. 342 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, USP, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-12092011-095017/>

MACÊDO, R. F.; TORRES, M. M. **Surdez, educação e inclusão: desafios para a formação docente.** João Pessoa: UFPB, 2017.

MONTEIRO, R.; SILVA, D. N. H.; RATNER, C. **Surdez e diagnóstico: narrativas de surdos adultos.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 32, n. esp., e32ne210, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-3772e32ne210>

SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas.** 5. ed. São Paulo: Plexus, 2019.

SANTANA, G. S. V. **Políticas educacionais para surdos: o olhar na educação inclusiva versus educação bilíngue?** *RELLÍS - Revista de Estudos de Libras e Línguas de Sinais*, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/rellis/article/view/8674>

SANTOS, J. F.; ASSIS, M. R. **As dificuldades do psicólogo no atendimento à pessoa com deficiência auditiva.** *Conexões Psi*, v. 3, n. 1, p. 23-33, 2015.

VALSECHI, G. S. **Políticas educacionais para surdos: o olhar na educação inclusiva versus educação bilíngue?** *RELLÍS - Revista de Estudos de Libras e Línguas de Sinais*, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/rellis/article/view/8674>. Acesso em: 26 jun. 2025.